

Dissertações

defendidas no Programa
de Pós-graduação em
Geografia/UFMG no
2º semestre de 2014

Democracia, Estado e espaço: elementos para uma crítica materialista do planejamento urbano

Marcos Gustavo Pires De Melo
Orientador:
Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Data de Defesa:
07/08/2014

O presente trabalho procura refletir sobre a necessidade da construção de uma crítica materialista do planejamento urbano. Para tanto, fazemos um resgate das mudanças recentes na teoria e na prática do planejamento desde a queda do paradigma modernista na década de 1970 ressaltando as contemporâneas tentativas de construção de um planejamento democrático. No início identificamos a inquietação que anima a pesquisa: apesar de animado pelo espírito da reforma urbana e pautado cada vez mais pela participação popular, o planejamento, no Brasil, tem reproduzido o mesmo padrão segregador, informal e repressor do espaço urbano de outrora. Os avanços democráticos no planejamento parecem não terem respaldo na produção real do espaço. Identificamos ao longo da pesquisa, que essa situação se deve a duas ilusões idealistas: a que toma a democracia moderna como panaceia sem refletir sobre sua natureza; e a que toma a reforma do Estado como uma possibilidade de construção de um verdadeiro interesse público. Nos dois primeiros capítulos procuramos desconstruir essas duas visões idealistas através de uma crítica materialista que procura mostrar como tanto a democracia moderna quanto o Estado são resultado de uma formação social muito específica e estão condicionados pelos limites desta. Tão logo a desconstrução de um Estado democrático reformado enquanto meio de emancipação se conclui outra proposta surge no horizonte: a possibilidade de que o próprio planejamento, para além do seu conteúdo e na sua própria forma, serve à reprodução das contradições da produção do espaço capitalista e da dominação de classe. O último capítulo se dedica a explorar essa possibilidade, em uma tentativa de transbordamento das discussões anteriores para a crítica do planejamento.

Por fim, procuramos defender as potencialidades de que essa crítica materialista do planejamento (que completa uma crítica ao planejamento) nos ajuda a vislumbrar uma nova linha de pesquisa e a possibilidade da renovação do projeto político da emancipação. A grande contribuição desta pesquisa é apontar para a construção de uma nova perspectiva (linha de pesquisa) para a crítica do planejamento.

Aspectos Socioambientais e a Gestão Da Apa Estadual das Águas Vertentes

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes foi criada em 1998, está localizada em Minas Gerais, na Serra do Espinhaço, a 290 km de Belo Horizonte. Esta unidade possui uma área de 76,310, abrangendo parte de sete municípios. É uma categoria de unidade de conservação instituída no Brasil em 1981, com preceitos de compatibilidade de manutenção de populações e suas atividades com a proteção de recursos naturais. Em 2000 foi enquadrada no grupo de Uso Sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação a partir da Lei nº 9.985. As normas desse grupo são complexas em sua aplicação, uma vez que esse uso é ainda extremamente impreciso. Dessa forma, a dificuldade de gestão das APAs passa pela insuficiência de recursos humanos e financeiros, assim como em outras categorias, mas é particular por suas características: a busca por sustentabilidade, a grande extensão dessas áreas protegidas, a gestão dos recursos naturais considerados públicos ser realizada em territórios particulares e a indefinição das proibições a serem executadas nessa categoria, principalmente em APAs onde não existe um Plano de Manejo ou Zoneamento, como é o caso da APAE das Águas Vertentes. Por esses fatores apresentados a gestão dessa unidade carece de documentos e estudos acerca do território da UC com intuito de basear programas de sustentabilidade e de monitoramento mais ou menos restritivo em diferentes áreas da UC. Assim, a presente pesquisa busca realizar um estudo exploratório sobre a APAEAV a partir de três abordagens: o ponto de vista oficial, que consiste na análise dos documentos de gestão, a abordagem geográfica que busca caracterizar o território da unidade, a partir de dados do IBGE e de campo e o olhar da comunidade sobre o território e a gestão da unidade, análise que foi feita por meio da análise de conteúdo de entrevistas realizadas. A caracterização do território da APAEAV mostra que mesmo em comunidades muito próximas e do mesmo município as diferenças das características socioambientais são enormes. É marcante o papel do associativismo e do auxílio de organizações não governamentais para melhoria da qualidade de vida nas comunidades e algumas já desenvolvem trabalhos comunitários de geração de renda. Porém, o intercâmbio de boas práticas e iniciativas ainda é praticamente inexistente. Para manutenção dos moradores na APAEAV é necessário melhoria nas condições básicas de infraestrutura e também de empreendimentos – sejam públicos, privados ou comunitários – que busquem a geração de ocupação e não somente de renda. Percebeu-se que nos locais com baixa densidade da população, os modos de vida mais simples são priorizados. Por outro lado, a característica de serem lugares remotos e de difícil acesso, o baixo consumo, grau de tecnologia e ausência de infraestrutura não são garantia de modos de vida condizentes com a conservação ambiental.

Data de Defesa:

21/08/2014

Entre Territórios E Terreiros: Yorubá, Velhos Deuses No Novo Mundo

Emerson Costa De Melo

Orientador:

Prof. Dr. José Antônio Souza

De Deus

Data de Defesa:

22/08/2014

São inúmeros os estudos sobre a formação do candomblé de origem yorubá, especificamente de nação kétu no Brasil. Porém, ainda é rara a abordagem de tal fenômeno na Ciência Geográfica. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo a partir de uma análise Geohistórica, compreender as formas de organização espaço-territorial dos povos yorubá na África e seus reflexos na constituição do primeiro terreiro de candomblé de origem kétu no Brasil, o candomblé da Barroquinha ou Ìyá Omi Àse Àirá Intilè, no período que corresponde a última década do século XVIII a meados do século XIX. Para tanto, estabeleceu-se um diálogo com a abordagem sugerida pela Geografia Cultural, que compreende a cultura como um fenômeno inerente aos sujeitos e civilizações, enquanto elemento produtor de territórios e territorialidades. Deste modo, o presente trabalho declina-se sobre a releitura da concepção de mundo e território para os yorubá, assim como, os mecanismos branco-hegemônicos que contribuíram forçosamente para a sua desterritorialização decorrente ao fenômeno da escravidão negra no Novo Mundo, e conseqüentemente, à sua reterritorialização em terras brasileiras, especificamente na formação do terreiro de candomblé da Barroquinha. Considera-se que este processo está relacionado a produção de uma Geografia peculiar constituída a partir do restabelecimento do vínculo dos homens com seus ancestrais em terras brasileiras, relação íntima com a Terra, que permitiu a tais sujeitos se reterritorializarem não só espacialmente, mas, socialmente visto que inerente a tal processo está a retomada de sua liberdade – enquanto sujeito histórico e agenciador de movimentos - frente uma sociedade escravagista.

O processo de institucionalização do direito à cidade no Brasil: a contribuição do significado atribuído a um conceito na definição das possibilidades e limitações à sua realização

Data de Defesa:
25/08/2014

Só no conceito a verdade tem o elemento de sua existência, dizia Hegel. O conceito, automovimento do todo, encontra sua efetividade não somente no resultado, mas também em sua atualização e em seu vir-a-ser. Mas o vir-a-ser não é algo pronto, pré-determinado ou inevitável: ele depende do movimento interno do todo e também das condições externas para se efetivar. O conceito de Urbano, que analisamos neste trabalho por meio de seu elemento Direito à Cidade, corresponde à atualização de outros conceitos, como a Cidade Livre (Espinosa) e a Verdadeira Democracia (Marx). Sua realização depende tanto das condições político-sociais de cada momento da sociedade, como das condições intelectuais de indivíduos que possam, a partir dessas circunstâncias históricas, vislumbrar possibilidades futuras, para que o vir-a-ser seja conscientemente direcionado pela sociedade. Intermediando esses dois aspectos, o percurso do movimento depende também do entendimento que as pessoas e grupos têm a respeito desse conceito. As possibilidades do Urbano foram reflexionadas na teoria especialmente por Lefebvre, Castells e Harvey, sendo que os estudos que cada um desses autores desenvolveu foram apropriados pelos urbanistas no Brasil, em momentos e de formas diferentes. O entendimento desses urbanistas sobre as possibilidades do Urbano, a partir das influências dos teóricos mencionados e também em consonância com as condições e as características específicas da sociedade brasileira, tem contribuído fundamentalmente para a definição das possibilidades e impossibilidades do desenvolvimento do conceito no País. Esse aspecto se deve especialmente ao fato dos urbanistas terem sido protagonistas nos momentos de institucionalização do conceito (traduzido como Reforma Urbana) e também interlocutores de movimentos sociais na definição do significado de Direito à Cidade. Os momentos principais de institucionalização desse conceito (o Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963, a elaboração e aprovação da Constituição Federal na década de 1980, a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e o momento atual, após a aprovação dos planos diretores municipais embasados no Estatuto da Cidade) correspondem a ocasiões bastante representativas desse entendimento. Analisando documentos produzidos pelas instituições e pelos técnicos que se destacaram em cenário nacional em relação a esse tema, verificamos que a Reforma Urbana é um termo que já nasceu em disputa no Brasil, sendo que frações de classes tentaram, desde o início de sua formulação, esvaziar e banalizar seu sentido; os princípios contidos no entendimento do conceito já estavam, em sua maioria, presentes desde o início de sua discussão, nos anos 60; e a redução da radicalidade do pensamento de Lefebvre, seja pela maior difusão dos estudos dos outros teóricos citados, seja pelas condições específicas da sociedade brasileira ou pela força do pensamento instituído e redutor, é um fator que contribui para limitar o movimento do conceito.

Interações Agroecológicas: a comunidade de São Pedro de Cima em movimento

Nathan Zanzoni Itaborahy

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Aparecida

Dos Santos Tubaldini

Data de Defesa:

26/08/2014

Esta dissertação tem por enfoque as questões territoriais e produtivas da comunidade quilombola de São Pedro de Cima, localizada no município de Divino, Zona da Mata mineira. Desde o ano de 2009 o Grupo EWÉ (UFJF) realiza seus trabalhos de pesquisa e extensão junto à comunidade, empenhado na construção coletiva da transição agroecológica, entendida como um lento processo de articulação entre os agricultores e organizações sociais por uma agricultura social e ambientalmente mais justa. Para tanto, foi proposto um estudo sobre a dinâmica territorial local, que teve como base nossas considerações teóricas sobre os conceitos de lugar e território, ambos pensados desde uma geografia em movimento, interessada nas territorialidades subalternas, invisibilizadas pela historiografia eurocêntrica e pela ciência moderno-colonial. Na intenção de construir um olhar mais profundo sobre a realidade produtiva e os conflitos que ela envolve, entendemos a agricultura como um recorte complexo de pesquisa e que, logo, interroga questões ambientais, culturais, econômicas e produtivas. Diante deste estudo foi possível compreender com certa clareza os efeitos das imposições da modernização agrícola na comunidade, suas conseqüências no cotidiano dos agricultores, que hoje têm como carro chefe o plantio do café, dependente do uso de insumos agrícolas e agrotóxicos. Foi possível, também, melhor compreender as resistências a este modelo, os saberes quilombolas e camponeses materializados nos laços de parentesco e solidariedade, na diversidade produtiva dos quintais e nas experiências de diversificação das lavouras de café. Ademais, tratamos de expor nossas ações de extensão junto aos moradores, as quais primaram pelo diálogo e pela participação da comunidade, sendo estas as bases metodológicas do trabalho. O grupo EWÉ se encontrou com outros atores do movimento agroecológico regional, sobretudo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Divino (STR), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e a Universidade Federal de Viçosa, com quem realizou ações no intuito de construir as bases para a transição agroecológica, dentre as quais se chama atenção para os Intercâmbios de Saberes e Sabores, espaços de diálogos entre agricultores sobre as questões produtivas. Ressalta-se que, ao levantar a bandeira da agroecologia, valorizando as experiências alternativas de produção e comercialização, estivemos não só diante de toda a força da hegemonia do agronegócio, mas também das possibilidades de transformação da realidade dos agricultores e do espaço agrário brasileiro.

Os conflitos ambientais na Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais

As comunidades locais da Serra do Gandarela, localizadas na porção centro/nordeste do Quadrilátero Ferrífero, vivenciam tensões e conflitos resultantes da intensificação e expansão da exploração mineral e da criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral. Em linhas gerais, essas tensões e conflitos são oriundos de políticas de desenvolvimento e políticas ambientais - de cunho preservacionista-, que sob o argumento do “interesse público”, privam essas comunidades do acesso, uso e controle dos recursos naturais e do território. A pesquisa objetiva identificar e analisar como as comunidades locais da Serra do Gandarela, atingidas simultaneamente pelos dois projetos mencionados, se organizam politicamente e se mobilizam para reivindicar seus direitos territoriais. Para compor essas reflexões, foram analisados documentos, respostas às entrevistas semiestruturadas, observação não participante e registros fotográficos. Esse esforço visou reunir de forma sistemática, informações dispersas e algumas ainda não registradas, perante a multiplicidade de atores envolvidos direta e indiretamente com os processos em proposição e andamento. Assim foram abordados moradores locais, ambientalistas e técnicos de órgãos públicos ambientais. A temática dos conflitos ambientais é complexa notadamente em ambiente metropolitano. O esforço de melhor compreender as resistências e contraprojetos construídos pelos segmentos sociais afetados por políticas desenvolvimentistas e preservacionistas engendra o germe de outras possibilidades de leituras da realidade e do fazer política.

Data de Defesa:

28/08/2014

Caracterização Física, Química e Mineralógica dos Solos em uma Vertente do Parque Municipal Das Mangabeiras – Quadrilátero Ferrífero (MG)

Adriane Nunes Pereira

Orientadora:

Profª. Dra. Cristiane Valéria De

Oliveira

O Quadrilátero Ferrífero possui complexas formações geológicas e geomorfológicas caracterizadas por inúmeras vertentes associadas a formações polipedogenéticas. A Serra do Curral está localizada no limite norte do Quadrilátero Ferrífero, caracterizada por possuir áreas reliquiais de couraças lateríticas, mais evidenciadas nas áreas de crista. No entanto, encontrou-se numa baixa vertente, localizada dentro do Parque Municipal das Mangabeiras, aos pés desta serra, uma cobertura com características ferruginosas aparentando ser concrecionária reliquial, ponto central desses estudos. O material encontrado estava muito desorganizado e bastante cascalhento, possuindo tanto características de concreções intemperizadas quanto de rocha fragmentada, levantando-se questões sobre sua gênese. Neste trabalho ao buscar respostas para a questão levantada objetivou-se caracterizar os solos presentes na vertente estudada, quanto aos seus aspectos químicos, físicos e mineralógicos a fim de entender como se deu a evolução destes, contribuindo no esclarecimento referente à gênese das formações superficiais da área de estudo, inserida no Quadrilátero Ferrífero. A metodologia empregada incluiu a organização dos dados das etapas preliminares de caracterização e coleta; análise granulométrica; mineralógica; química total; ataque sulfúrico; análise do pH e do Ferro, alumínio e manganês extraídos pelo ditionito-citrato-bicarbonato de sódio e oxalato de amônio. Os resultados e as discussões dos perfis analisados possibilitaram confirmar hipóteses antes levantadas, como a formação destas vertentes sobre material coluvial proveniente de uma crosta ferruginosa que possivelmente havia se formado nas partes de cristas da Serra do Curral e fora desmantelada descendo para o fundo do vale durante a abertura do mesmo, formando solos mais intemperizados, processo este confirmado tanto pela cristalização do ferro através do DCB, bem como pela mineralogia e pH. A forte presença da hematita e da magnetita, minerais presentes na litologia dos itabiritos, estes situado nas partes mais altas, de cristas, também evidenciam o processo de coluvionamento na gênese destes solos.

Data de Defesa:

03/06/2014

Relação solo-relevo-material de origem em uma topolitossequência no sinclinal Moeda, Quadrilátero Ferrífero- MG

Data de Defesa:
29/08/2014

O Quadrilátero Ferrífero (QF) localiza-se na região central de Minas Gerais, e tem topografia peculiar devido à complexidade geológica e estrutural. O sinclinal Moeda engloba, praticamente, todas as unidades litoestratigráficas do QF, garantindo que a heterogeneidade litológica conduza a diversidade morfológica, inclusive na escala da vertente. Enquanto quartzitos e itabiritos sustentam os flancos leste e oeste, conhecidos como serra das Serrinhas e serra da Moeda, respectivamente, os filitos preenchem a calha do sinclinal, onde ocorrem colinas. Com o objetivo de avaliar a influência do material de origem e do relevo na gênese dos solos numa topolitossequência no sinclinal Moeda, este trabalho realizou atividades em escritório, campo e laboratório. A topolitossequência estudada se estende da serra da Moeda (flanco oeste) ao interior do sinclinal, com a seguinte distribuição dos solos: na meia e alta vertente oeste da serra junto aos quartzitos tem-se o CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Distrófico léptico e o CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico plintossólico; no ombro e sopé da vertente leste da serra junto aos itabiritos tem-se o NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico típico e o CAMBISSOLO HÁPLICO Perférico típico; no ombro e meia vertente de uma colina junto aos filitos tem-se CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distroférico típico e no topo de outra colina sobre filito ocorre o NITOSSOLO HÁPLICO Distrófico endopedregoso. A heterogeneidade do material de origem e as variações do relevo promoveram diferenciações nos solos, por vezes retratadas no quarto nível categórico de classificação do SiBCS, não havendo grande variabilidade quanto a processos pedogenéticos. A exceção, em termos de evolução pedológica, é o Nitossolo situado no topo de uma colina no interior do sinclinal Moeda. Os solos são, predominantemente, pouco evoluídos e pedregosos, pobres em bases trocáveis e ácidos. A relação relevo e pedogênese é vista em situação de menor declividade, com solos são mais intemperizados, menor soma de bases e maior acidez e mais profundos, já em situação de declive os solos são menos intemperizados e mais rasos. Destaca-se que a relação silte/argila, o ΔpH e os índices K_i e K_r evidenciam a herança do material de origem, e não necessariamente o grau de maturidade do solo, o que mostra a complexidade dos solos estudados. A composição mineralógica também reforçou a influência do material de origem pela presença da ilita, hematita e goethita. A participação comum da caulinita se deve as condições de pH ácido e baixa CTC, enquanto a presença da gibbsita não retrata exatamente condições severas de intemperismo e lixiviação, e sim a influência das rochas de origem. Portanto, nota-se que o material de origem exerce maior influência nas características dos solos estudados e o relevo desempenha papel secundário.

Territórios Pré-históricos da Cordilheira do Espinhaço

A presente dissertação tem por objetivo discutir a possibilidade de propor a cordilheira do Espinhaço, mais especificamente à porção sul do Planalto Meridional da Serra do Espinhaço, como território dos antigos ocupantes da Serra. Para tal, fizemos um estudo comparativo dos vestígios arqueológicos, das características da implantação e dos grafismos rupestres de dois sítios arqueológicos os quais são: o Grande Abrigo de Santana do Riacho e a Lapa do Fogão. Os vestígios arqueológicos encontrados nos sítios foram contrapostos, com o intuito de identificar características comuns, nas quais fundamentamos a hipótese do Planalto Meridional da Serra do Espinhaço, ser considerado um território paleo-índio.

Wagner Marin Gomes

Orientador:

Prof. Dr. Bernardo Machado

Gontijo

Data de Defesa:

29/08/2014

Ezio Dornela Goulart

Orientador:

Prof. Dr. Bernardo Machado

Gontijo

Data de Defesa:

01/09/2014

Ecoturismo em áreas protegidas: efetividade da gestão do uso público em três parques na região de Diamantina-MG

O ecoturismo por ser considerado um tema novo e muito amplo, recebe diversas interpretações, num contexto de práticas e conceitos variados, ainda carente de conclusões que signifiquem as mudanças nas práticas socioambientais que se propõe. Esta pesquisa busca analisar a atividade de ecoturismo como instrumento indutor do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade, em áreas naturais protegidas, tomando como estudo de caso unidades de conservação da natureza inseridas na região de Diamantina-MG. Para isto, realizou uma avaliação da situação atual da gestão das atividades de uso público, com foco na visitação, em três Parques Estaduais, analisando o perfil, as pressões e ameaças, as oportunidades, as vulnerabilidades e a efetividade de gestão. O método utilizado envolveu a participação nas atividades de uso público nas unidades de conservação estudadas, o desenvolvimento e a aplicação de questionário para diagnosticar e avaliar o contexto e a gestão do uso público e a interpretação das informações coletadas em conjunto com os gestores. A pesquisa abrangeu as unidades de conservação de proteção integral e gestão estadual, que possuem alguma previsão (Plano de Manejo, Plano de Uso Público) de atividades relacionadas a visitação em seu interior. Para o desenvolvimento do instrumento de coleta de dados (questionários), utilizou-se como base o método RAPPAN (Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management), adaptado para análise da gestão dos programas/planos de uso público. Os resultados demonstraram que a efetividade de gestão do uso público foi de média a alta e o elemento que mais pressionou foram os incêndios florestais. Verificou-se também que a maior vulnerabilidade está na dificuldade de contratação de recursos humanos e que o parâmetro com as piores avaliações dizem respeito à pesquisa, avaliação e monitoramento das atividades de uso público. Observa-se que fatores como regularização fundiária e implantação de infraestrutura podem ter influenciado nos resultados. Desta forma, as informações coletadas subsidiaram a análise das questões que abarcam a gestão do ecoturismo, sua reprodução e organização em áreas naturais protegidas. Pode-se concluir que a atividade de ecoturismo praticada nos parques estudados, enquanto atividade econômica, ainda não gera recursos esperados, tampouco consegue envolver efetivamente as comunidades do entorno. Por outro lado, o ecoturismo praticado aproxima-se do conceito quando analisada a dimensão do conhecimento da natureza e a experiência educacional interpretativa.

A Vida Da e na Cidade Entre a Obra e o Produto: Uma Reflexão A Partir da Produção do Espaço da Metrópole Belo-Horizontina

Thiago Andrade Dos Santos

Orientador:

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Por meio desta pesquisa buscamos compreender a dimensão espacial do processo de apropriação da práxis social pelo capital e os seus desdobramentos para o cenário da luta de classes no espaço urbano, a partir da produção do espaço da e na metrópole belo-horizontina. Discutimos as determinações e contradições imanentes à vida na metrópole contemporânea.

O pensamento dialético, enquanto o pensamento do devir (LEFEBVRE, 2011 [1948], p. 103), permite identificar as contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista e que anunciam a possibilidade do novo. Em contrapartida, as representações tentam impedir que esse novo, representado pelo inesperado, pelo não previsto, pelo não repetitivo ou pelo não controlado, aconteça. É nas práticas espaciais que as abstrações ganham concretude, portanto, nada mais inquietante, esclarecedor, perigoso, oportuno e incerto que investigar essas práticas, indo ao encontro dos sujeitos na metrópole. Investiga-se os modos pelos quais os capitais tentam solucionar suas crises, utilizando o processo de urbanização para tal finalidade. À vista disso, a compreensão e o estabelecimento de uma visão crítica acerca da problemática urbana passam pela crítica do cotidiano e de seus ritmos, pois as metrópoles tendem a ser regidas pela lógica do capital.

Data de Defesa:

02/09/2014

Discute-se, portanto, a produção capitalista do espaço para além do processo de modernização e estruturação espacial. Este estudo é uma porta de entrada para a apreensão das contradições e determinações do processo de urbanização contemporâneo de Belo Horizonte nas suas formas e nos seus conteúdos. Objetiva-se a compreensão dos desdobramentos do processo de modernização para a vida social, tendo em conta a dialética que permeia a relação entre as diferentes dimensões da produção do espaço; o concebido, o percebido e o vivido. Nossa análise transita das representações do espaço aos espaços de representação para realizar a crítica da economia política do espaço. A realidade empírica que motivou este estudo é a metrópole de Belo Horizonte, uma cidade que já nasceu para ser metrópole e sempre foi divulgada como um signo da vanguarda brasileira, mas que é a expressão de uma inautêntica modernidade. Estabelecemos uma aproximação com a produção do espaço da metrópole belo-horizontina a partir do processo de reestruturação espacial do Eixo Norte da Região Metropolitana, visando apreender as estratégias do Estado e do capital para a reprodução das relações de produção.

Finalmente, promovemos uma reflexão acerca da hipótese de que o processo produção do espaço contém as possibilidades e impossibilidades para o urbano, pois suas contradições imanentes indicam as dificuldades de o capital lidar com as crises da reprodução das relações sociais de produção nas metrópoles.

Luana Soares Nogueira
Orientadora:
Profª. Dra. Maria Aparecida
Dos Santos Tubaldini

Território, Identidade E Multifuncionalidade – A Produção Familiar Do Queijo Canastra Em Comunidades Rurais Do Município De São Roque De Minas – MG

Data de Defesa:
04/09/2014

O modo de fazer queijo artesanal constitui uma herança cultural transmitida entre gerações. Os primeiros fazedores de queijo vieram de terras portuguesas e das zonas de mineração em declínio que aos poucos povoavam o oeste das Minas Gerais durante o século XVIII, a territorialização, contanto, se firmava com a criação do gado e o excedente do leite produzido usado para a elaboração de queijos. Atualmente, esse produto artesanal é relembado como patrimônio imaterial o que contribui para uma revalorização do produto. A produção artesanal de queijo é a base da economia doméstica de inúmeras famílias assentadas na zona rural do município de São Roque de Minas – MG. A lida diária com o gado e o trabalho manual exigem dedicação e persistência dos membros das famílias. Apesar, das mudanças no espaço rural, nota-se que parte das unidades de produção familiar em comunidades desse município preserva valores de um rural que para alguns ficou esquecido no tempo. Novas ruralidades surgem no território queijeiro, as famílias produtoras que continuaram a produzir queijo almejam melhorar a qualidade a partir da própria experiência, a maioria ainda resiste à certificação do produto tal como aos financiamentos para investir na produção. O objetivo do trabalho é entender o posicionamento dos produtores nesse contexto de mudança socioespacial atento à organização social, modo de vida e estratégias familiares desses sujeitos em função das unidades produtivas. Para isso, foi utilizado o método de pesquisa qualitativo e técnicas de observação direta, entrevista semiestruturada e história oral e de vida mediante a realização de pesquisa de campo em seis comunidades do município de São Roque de Minas e na área de entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra. Os dados apontam para uma diversidade da agricultura familiar, inserção de atividades não agrícolas, baixo associativismo e certa autonomia produtiva e administrativa das propriedades rurais investigadas em relação ao mercado.

Desenvolvimento e a produção do território brasileiro: as promessas do territorialismo competitivo

O presente trabalho procura discutir a produção do território brasileiro a partir da primazia da noção de desenvolvimento. O processo histórico-geográfico de formação da sociedade brasileiro foi regido por promessas acerca da inserção na modernidade. A noção de desenvolvimento, desdobrada da noção de progresso, foi o combustível social de sustentação desse movimento de inserção das relações capitalistas no Brasil durante o século XX. A ideia central dos governos, fora inserir as regiões brasileiras no circuito competitivo capitalista. Contudo, esse processo apresentou diversas distorções causadoras de resistência política em favor da produção de território sob perspectivas diferentes da capitalista. Assim, estabeleceu-se um movimento dialético entre a forma de produção territorial baseada nos princípios lógicos do desenvolvimento e formas outras contestadoras dessa racionalidade. Porém, a pensamento desenvolvimentista tem-se construído por meio da atividade das classes dominantes, como uma estratégia de reprodução, por meio da produção de territórios competitivos. Assim, para melhor apreender o teor dos acontecimentos de formação da sociedade brasileira, discute-se a riqueza da noção de território e propõe-se o resgate da noção de territorialismo.

Wesley Antonio Tadeu

Monteiro Cantelmo

Orientadores:

Prof. Dr. Carlos Fernando
Ferreira Lobo e Prof. Dr. Ricardo

Alexandrino Garcia

Data de Defesa:

05/09/2014

Análise e representações coremáticas da Serra do Gandarela e entorno: a dinâmica espacial a partir da formação de territórios

Data de Defesa:
15/09/2014

O Quadrilátero Ferrífero se consolidou como região formada por territórios da mineração. A importância mineral se iniciou com os primeiros achados do ouro de aluvião ainda no século XVIII. Durante séculos, presenciou-se a ampliação dos métodos de extração e mesmo a diversificação mineral, sendo atualmente o minério de ferro a commodity de maior exploração. A área de pesquisa envolve parte considerável da Serra do Gandarela que se encontra na porção leste do Quadrilátero Ferrífero, por vez, possui grandes depósitos minerais. Todavia, apresenta também a melhor conservação, com destaque para a biodiversidade e para a geodiversidade. Além disso, possui excelente qualidade e quantidade das águas que abastecem comunidades locais e parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também, no entorno da Serra do Gandarela existem comunidades que fazem uso de territórios, tradicionalmente apropriados para a produção econômica local e atividades culturais. Devido às riquezas citadas, a região se tornou palco de disputas territoriais, que poderão evoluir para conflitos, entre atores que buscam a exploração versus aqueles que privilegiam a conservação. Diante a acelerada dinâmica na área de pesquisa, utilizou-se da metodologia dos coremas para a representação da análise espacial. O resultado foi a produção de sete coremas que auxiliaram na percepção estratégica dos territórios e na identificação de possíveis conflitos. Tais coremas devem ser utilizados de forma complementar aos mapas, de maneira a proporcionar uma leitura com maior profundidade da organização espacial.